



PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2020

PLN 22/2019

Relator: Dep. Domingos Neto (PSD/CE)

Assessoria Econômica da Liderança do PSOL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

Sumário

ASPECTOS GERAIS DO PLOA 2020	2
ANÁLISE	3
Parâmetros Macroeconômicos	3
Despesas Condicionadas	4
Educação e Ciência e Tecnologia	6
Educação Básica.....	7
Educação Infantil	8
Educação Superior	9
UFRJ	9
UFF	11
UFMG.....	13
UFPA	15
UFRGS	17
UNIFESP	19
UNB.....	20
CNPQ.....	22
CAPES.....	23
Organização Agrária	23
Gestão Ambiental	25
Habitação.....	27
Cultura	31
Saúde	33
Assistência Social	34
Saneamento.....	35
Fundo Especial de Financiamento de Campanha.....	36
Censo – IBGE.....	36
Desonerações Fiscais	36
Investimentos públicos.....	40
ORIENTAÇÃO DE VOTO	42



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

ASPECTOS GERAIS DO PLOA 2020

A sociedade brasileira vem sofrendo nos últimos anos as consequências do autoritário e irresponsável programa de ajuste fiscal. A situação tornou-se ainda mais grave após a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, popularmente conhecida como a “PEC do Teto dos Gastos Públicos”.

Com a vigência do novo regime fiscal, os gastos serão corrigidos, anualmente, de acordo com a inflação dos últimos 12 meses, até junho do ano anterior. Dessa forma, mesmo havendo crescimento econômico e populacional, os gastos públicos permanecerão estáticos. Falar em congelamento dos gastos não é suficiente para expressar o dano socioeconômico da medida. Isso porque haverá redução, ano a ano, do orçamento público em proporção do PIB e também em relação ao crescimento demográfico. É a destruição dos gastos sociais.

O grande objetivo do teto dos gastos é a redução do papel do Estado na economia, em paralelo à ampliação da atuação do setor privado nos espaços antes ocupados pelo setor público. É a constitucionalização da ideologia neoliberal de mercantilização das relações sociais. E isso é comprovado pelos dados: com a vigência do teto dos gastos, a participação do Estado na economia passará de 19,6% do PIB em 2015, para 15,8% em 2026 e 12% em 2036. Enquanto o pacto democrático de 1988, com todos os seus limites, visava à universalização dos bens sociais públicos como a educação, saúde e cultura, o novo regime fiscal visa ao oposto: a privatização generalizada do nosso ainda embrionário estado de bem-estar social.

Essas ideias se materializam no Orçamento Anual da União, em que são dispostas as destinações dos recursos públicos. Com a vigência do Teto dos Gastos públicos, torna-se cada vez mais evidente a dificuldade de priorização das despesas primárias discricionárias e a penalização de áreas sociais fundamentais para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A análise a seguir decorre de dados disponíveis do SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento), sistema de consulta pública. Os dados foram extraídos em 16/12/2019.

ANÁLISE

Parâmetros Macroeconômicos

Para a elaboração do PLOA, foram considerados os seguintes parâmetros macroeconômicos:

TABELA 5 – PARÂMETROS MACROECONÔMICOS, 2019 – 2020

Valores Estimados e Realizados

PARÂMETRO MACROECONÔMICO	2019			2020		
	PLOA 2019	Avaliação 5º Bimestre	Mercado 06/12/19	PLDO 2020	PLOA 2020	Mercado 06/12/19
Variação real do PIB (%)	2,50	0,90	1,10	2,74	2,32	2,24
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.436,70	7.159,6	n.d.	7.875,50	7.618,41	n.d.
IPCA acumulado (%)	4,25	3,3	3,84	3,99	3,53	3,60
IGP-DI acumulado (%)	4,45	5,7	5,97	4,01	4,20	4,02
INPC acumulado (%) do ano anterior	4,20	3,3	n.d.	4,19	3,54	n.d.
Variação da massa salarial (%)	7,54	4,2	n.d.	6,86	6,26	n.d.
Selic média (% a.a.)	7,17	5,88	5,88	7,47	4,4	4,41
Selic fim de período (% a.a.)	n.d.	n.d.	4,50	n.d.	n.d.	4,50
Câmbio médio (R\$/US\$)	3,62	3,93	3,95	3,71	4,0	4,07
Câmbio fim de período (R\$/US\$)	n.d.	n.d.	4,15	n.d.	n.d.	4,10

Fontes: Relatório Focus 06/12/2019, PLOA 2020 após Mensagem nº 617/2019, PLDO 2020, PLOA 2019, LOA 2019.

Observa-se que o governo trabalha com uma projeção de crescimento econômico real de 2,32% do PIB, o que não é realista, dada a política fiscal contracionista (de austeridade) em curso. Como veremos adiante, a despesa orçamentária que tem maior multiplicador fiscal (capacidade de atuar como “motor” da economia), o investimento público, tem previsão de patamar mínimo histórico. Não há nenhum indicativo de que a política econômica em curso promoverá crescimento. Essa constatação é evidente inclusive pela análise da condução econômica dos últimos anos.

Isso significa que a frustração do crescimento econômico deve ter um impacto direto na arrecadação e, assim, provocar a necessidade de mais cortes em gastos públicos, para o cumprimento da meta fiscal, que foi estabelecida em déficit de **R\$ 124 bilhões**. Esse fenômeno tem sido constante e amplamente noticiado em 2019.

Salário Mínimo: O salário mínimo foi estimado em **R\$ 1.031,00**. Esse reajuste de 3,31% está restrito à atualização monetária pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor),



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

que reflete variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento (de 1 a 4 salários mínimos). Não há, portanto, qualquer valorização do salário mínimo.

Segundo dados do DIEESE¹, “se o salário mínimo tivesse sido reajustado apenas pela inflação, sem os aumentos reais concedidos pela política de valorização entre 2004 e 2019, o valor atual desta remuneração seria correspondente a R\$ 573,00, ou seja, o aumento real acumulado no período equivale a R\$ 425,00 a preços de hoje”. É fundamental, portanto, restabelecer uma política de valorização do piso salarial. A pesquisa mensal realizada pelo DIEESE estima que o salário mínimo necessário em julho de 2019 seria de R\$ 4.143, 55, quatro vezes o estabelecido pelo governo para 2020.

Despesas Condicionadas

A regra de ouro

A Regra de Ouro das contas públicas é uma norma fiscal que proíbe a emissão de títulos da dívida pública em montante superior às despesas de capital. Dito de outra forma, a regra impede que o governo se endivide para financiar despesas correntes.

A atenção mais recente dada à regra deve-se a um conjunto de fatores que estão contribuindo para a combinação: déficit público e queda das despesas de capital. Isto é, a persistência dos déficits fiscais associados à queda significativa do investimento público provoca o descumprimento da regra de ouro.

A situação atual é: a despesa obrigatória cresce, o orçamento público está congelado e a política de austeridade favorece a queda das receitas. Com o crescimento das despesas obrigatórias, o governo deve cortar as despesas discricionárias para cumprir a meta fiscal. É nesta categoria que entra investimento público, que tem sido reduzido drasticamente. Essa redução limita o poder do governo de emitir títulos da dívida para cobrir o déficit público, tendo em vista que, como explicado anteriormente, a emissão está limitada ao montante executado de despesas de capital.

Por esse motivo, o art. 20 do PLDO 2020 traz a previsão de que despesas

¹ <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo.html>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

primárias possam ser fixadas dependendo de posterior autorização do Congresso Nacional (por meio de crédito suplementar). Ou seja, pretende-se atribuir algum grau de discricionariedade a despesas primárias essenciais para a população.

Essa situação foi observada este ano, quando o governo precisou da aprovação de um crédito de R\$ 248 bilhões para o pagamento de despesas previdenciárias, do programa bolsa família e do BPC.

Para 2020, estão previstos R\$ 343 bilhões em despesas condicionadas, em rubricas como: bolsa família, benefícios previdenciários, folha de pagamentos, subvenções econômicas, etc. Fica cada vez mais evidente que a política fiscal do governo é um desastre e provoca uma espiral recessiva. O Teto dos Gastos pressiona o investimento público, o que dificulta sobremaneira a retomada do crescimento e aprofunda o “desequilíbrio orçamentário”.

Para fins de análise desta Nota Técnica, os valores condicionados não são considerados como previstos no PLOA, já que nada garante que o crédito será enviado e que, se enviado, serão essas dotações.

TABELA 2 - DESPESAS CONDICIONADAS À APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL
R\$ bilhões

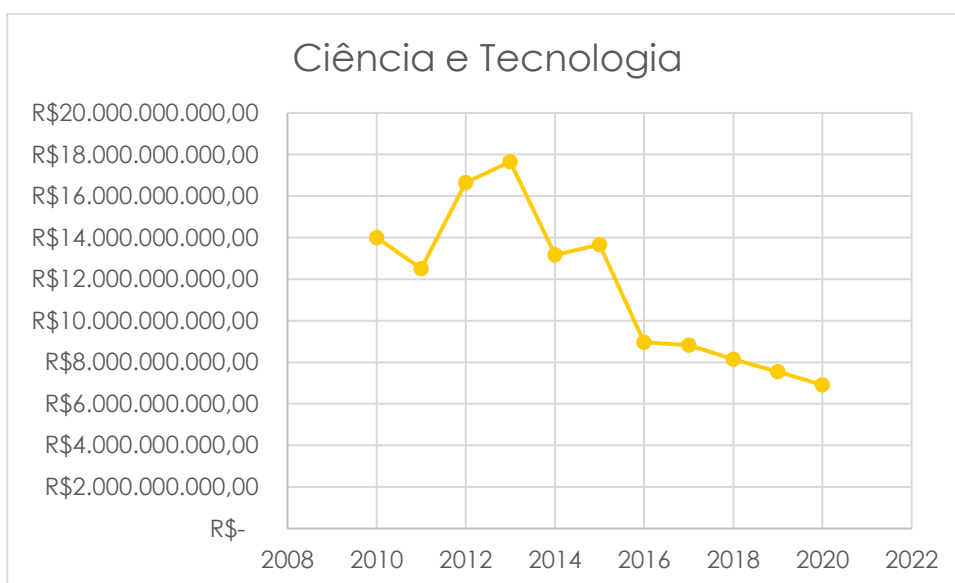
Despesa	Projeção da Despesa 2020 (a)	Despesa a ser Aprovada por PLN		Despesa Autorizada no PLOA 2019 (c = a - b)
		Valor (b)	%	
Benefícios Previdenciários - RGPS	677,7	213,7	31,5	464,0
Pessoal e Encargos Sociais	323,1	84,4	26,1	238,8
Bolsa Família	30,0	0,5	1,7	29,5
Subsídios e Subvenções Econômicas	11,7	4,8	41,1	6,9
Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	10,3	5,0	48,7	5,3
Sentenças Judiciais (exceto as relativas a pessoal, RGPS e LOAS)	23,9	20,3	84,7	3,7
Benefícios a Servidores	17,8	3,3	18,8	14,5
Discricionárias (exceto GND 9 – Reserva de Contingência)	127,7	11,6	9,1	116,1
Total	1.222,3	343,6	28,1	878,7

Fonte: PLOA 2019 (Mensagem Modificativa) e Siga Brasil

Educação e Ciência e Tecnologia

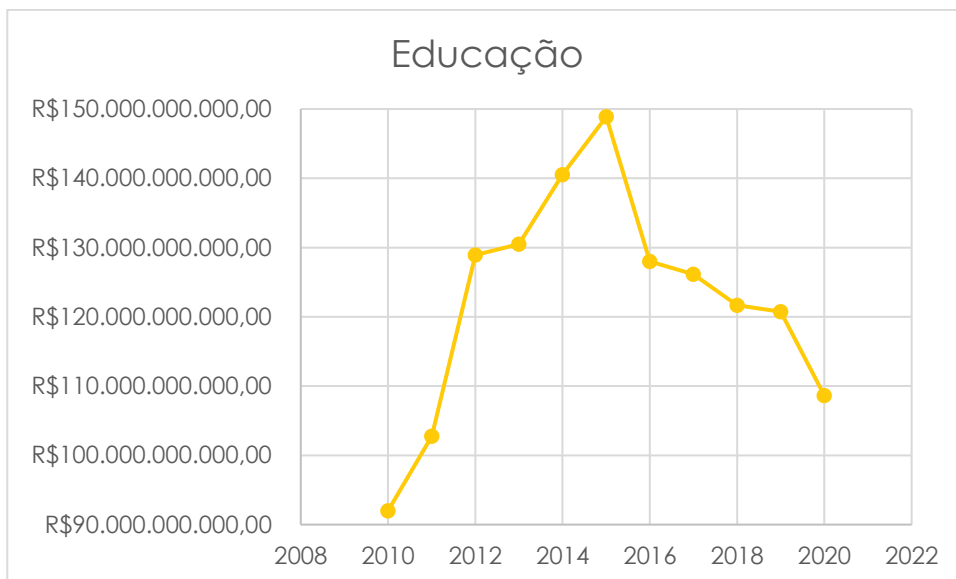
As políticas de natureza discricionária das áreas de educação e de ciência e tecnologia foram alvo de significativas reduções, na linha do que já vem ocorrendo em 2019.

A pasta da Ciência e Tecnologia tem sofrido enormes cortes desde 2015, como mostra o gráfico adiante. Para se ter noção da gravidade, o valor destinado em 2020, em termos reais (valor corrigido pela inflação), representa 39% da dotação de 2013, demonstrando o enorme descaso com a pasta.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

A função educação, como um todo, perde R\$ 12 bilhões em termos reais em relação ao já comprimido orçamento de 2019. Desde o golpe, observa-se uma perda real de recursos na educação, como evidenciado no gráfico abaixo. A previsão para a Educação em 2020 é menor que o nível de 2014, evidenciando o enorme retrocesso na área.



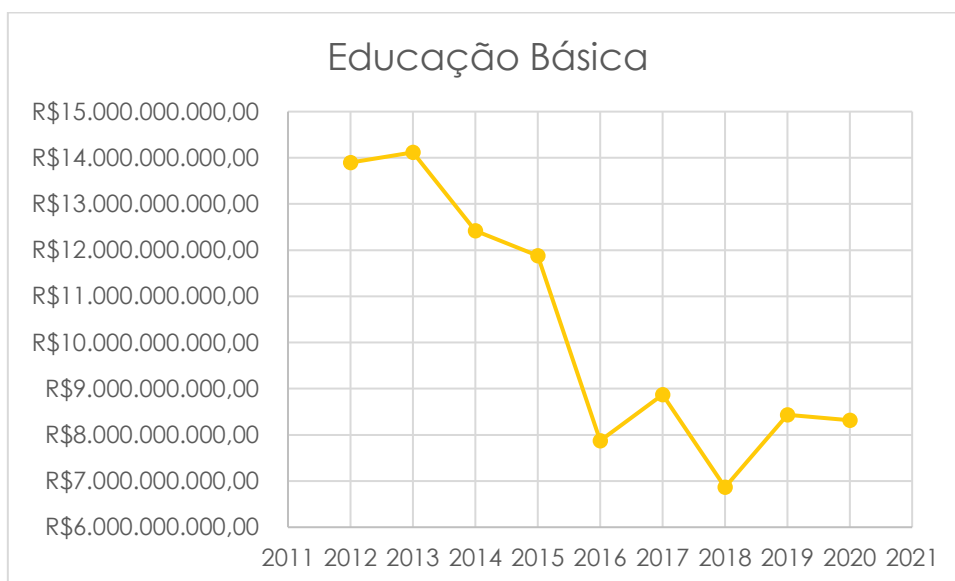
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Educação Básica

A afirmação do governo de que a educação básica é prioridade não se coaduna com a realidade. Segundo dados do SIOP, a subfunção “educação básica” vem sofrendo sucessivos cortes e, além disso, tem baixíssimo grau de execução. Para se ter noção da gravidade, os valores destinados em 2019 correspondem a 60% dos recursos de 2013. No que tange à execução, temos um percentual de apenas 37% em 2019, menor valor da série histórica recente.

Ano Exercício	Subfunção	% de execução
2012	368 - Educação Básica	53%
2013	368 - Educação Básica	46%
2014	368 - Educação Básica	60%
2015	368 - Educação Básica	44%
2016	368 - Educação Básica	63%
2017	368 - Educação Básica	49%
2018	368 - Educação Básica	70%
2019	368 - Educação Básica	37%

Para 2020, estão programados R\$ 8,3 bilhões para a educação básica, valor que representa 60% da destinação de 2014.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

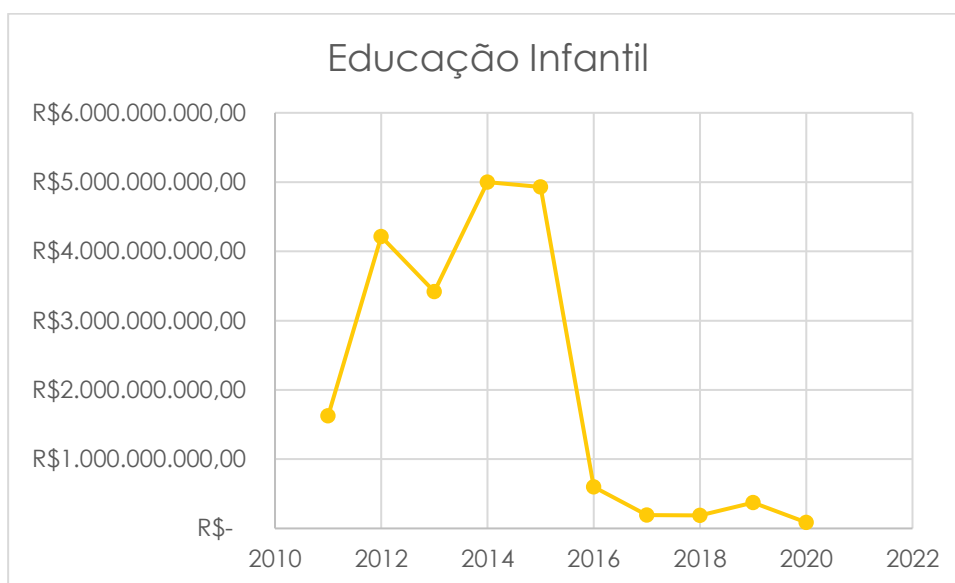
Educação Infantil

Se a educação básica não foi prioridade do governo em 2019, tampouco foi a educação infantil. Dados do SIOP extraídos pela subfunção “educação infantil” mostram como as ações relacionadas a essa área foram penalizadas em histórico recente. Em 2019, foram executadas apenas 18% das ações na subfunção educação infantil, de um montante que já tinha sofrido um corte brutal. O valor de 2019 corresponde a apenas 7% do valor em termos reais (corrigido pela inflação) 2014.

Ano Exercício	Subfunção	% de execução
2010	365 - Educação Infantil	36%
2011	365 - Educação Infantil	34%
2012	365 - Educação Infantil	26%
2013	365 - Educação Infantil	12%
2014	365 - Educação Infantil	4%
2015	365 - Educação Infantil	1%
2016	365 - Educação Infantil	14%
2017	365 - Educação Infantil	59%
2018	365 - Educação Infantil	45%

2019	365 - Educação Infantil	18%
------	-------------------------	-----

Para 2020, estão programados R\$ 86 milhões, que representa 7% da máxima histórica recente em 2014, quando a destinação foi de R\$ 4,9 bilhões.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Educação Superior

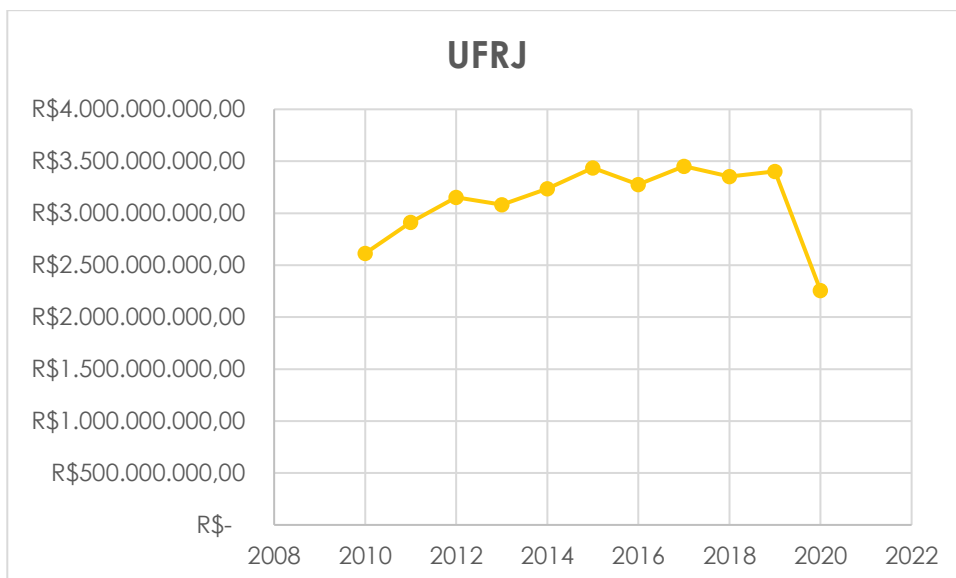
O ensino superior tem sido bastante penalizado, como amplamente divulgado na mídia nos últimos tempos. Em levantamento realizado em algumas universidades públicas, percebemos como as despesas de custeio e de investimentos estão sendo reduzidas, em um amplo processo de sucateamento do ensino.

Observamos que além da queda na previsão legal temos também a queda na execução dos recursos, isto é, os escassos recursos que são destinados são alvos de cortes posteriores pelo governo. Vejamos a situação de algumas universidades.

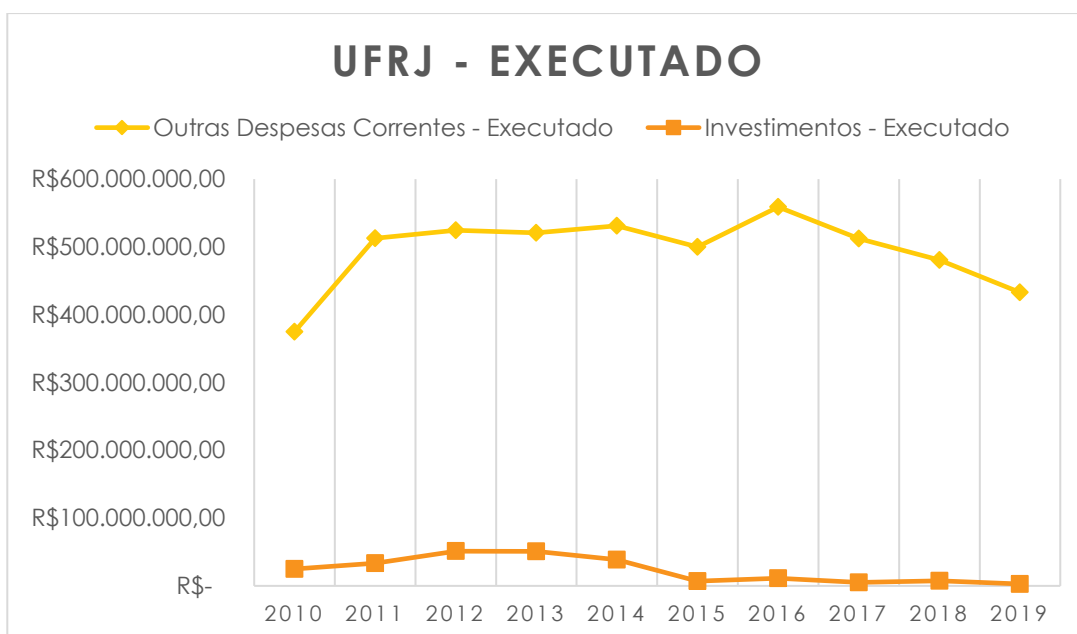
UFRJ

Na UFRJ temos historicamente um baixíssimo grau de execução de investimentos, fato que se agravou sobremaneira desde 2015, quando a execução nos anos posteriores não ultrapassou 35%, sendo menos de 7% em 2015 e nem 4% em 2019.

Para 2020, projeta-se no PLOA um corte de 34%, em termos reais em relação ao orçamento de 2019.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

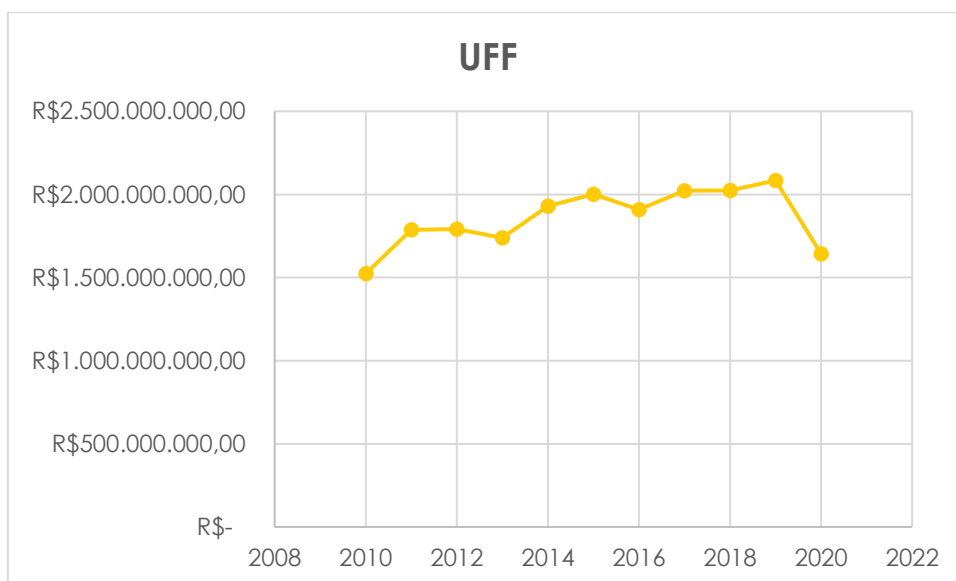
Ano Exercício	GND (desc.)	% execução
2010	3 - Outras Despesas Correntes	94,20%
2010	4 - Investimentos	62,45%
2011	3 - Outras Despesas Correntes	103,87%
2011	4 - Investimentos	19,09%

2012	3 - Outras Despesas Correntes	89,40%
2012	4 - Investimentos	40,75%
2013	3 - Outras Despesas Correntes	86,24%
2013	4 - Investimentos	49,97%
2014	3 - Outras Despesas Correntes	88,78%
2014	4 - Investimentos	52,46%
2015	3 - Outras Despesas Correntes	85,99%
2015	4 - Investimentos	6,70%
2016	3 - Outras Despesas Correntes	108,11%
2016	4 - Investimentos	10,43%
2017	3 - Outras Despesas Correntes	96,13%
2017	4 - Investimentos	12,04%
2018	3 - Outras Despesas Correntes	95,04%
2018	4 - Investimentos	34,12%
2019	3 - Outras Despesas Correntes	88,56%
2019	4 - Investimentos	3,89%

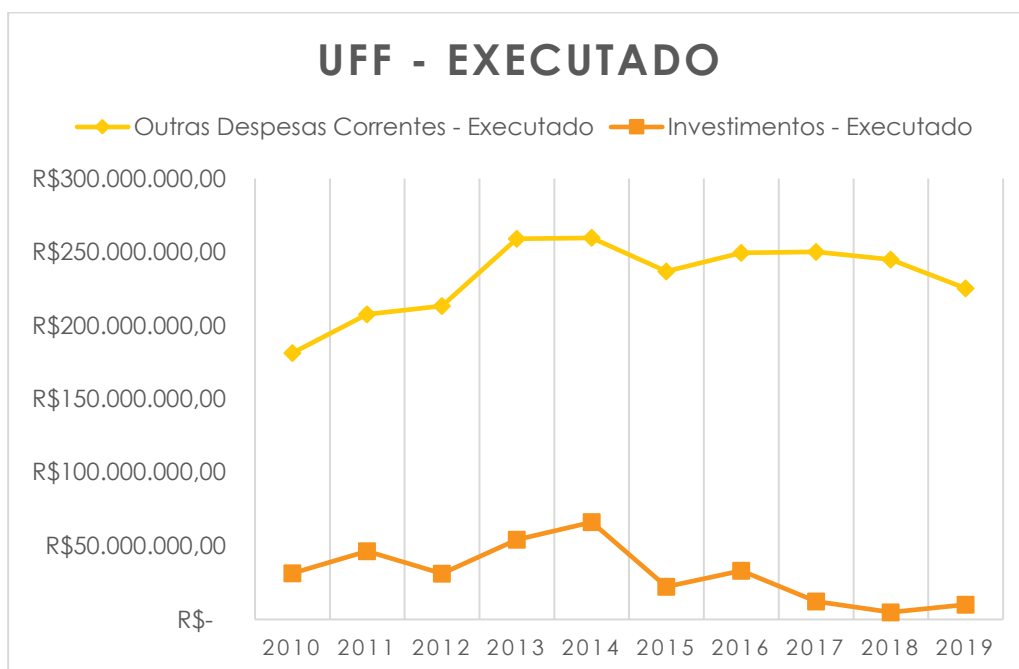
UFF

A UFF tem tido uma queda progressiva de investimentos desde 2016. Em 2019, o percentual de execução desse grupo de despesa é de menos de 28%.

Para 2020, projeta-se no PLOA um corte de 34%, em termos reais em relação ao orçamento de 2019.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019



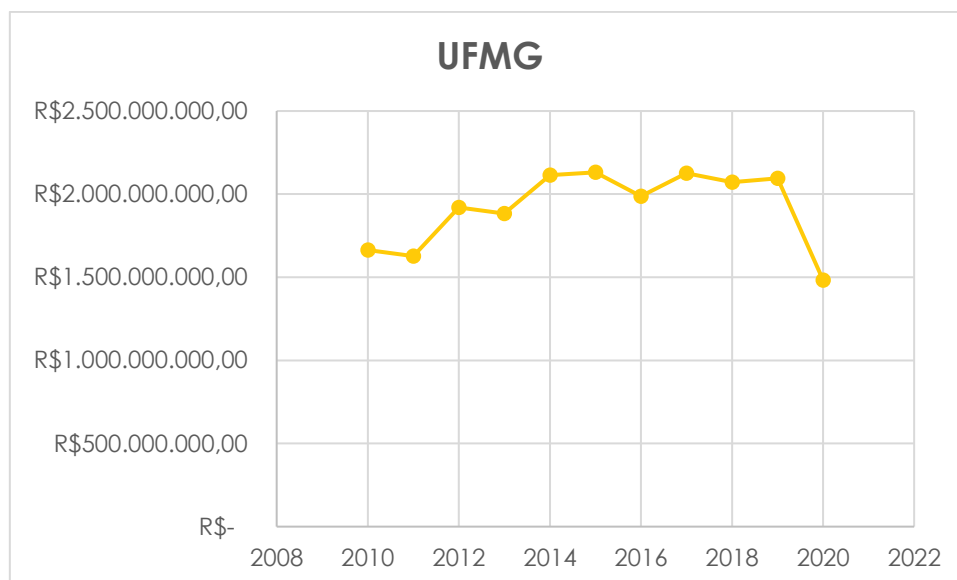
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Ano Exercício	GND (desc.)	% execução
2010	3 - Outras Despesas Correntes	82,23%
2010	4 - Investimentos	31,55%
2011	3 - Outras Despesas Correntes	80,16%
2011	4 - Investimentos	32,45%
2012	3 - Outras Despesas Correntes	83,80%
2012	4 - Investimentos	32,71%
2013	3 - Outras Despesas Correntes	102,30%
2013	4 - Investimentos	56,71%
2014	3 - Outras Despesas Correntes	95,40%
2014	4 - Investimentos	80,41%
2015	3 - Outras Despesas Correntes	86,62%
2015	4 - Investimentos	27,12%
2016	3 - Outras Despesas Correntes	97,34%
2016	4 - Investimentos	41,02%
2017	3 - Outras Despesas Correntes	93,17%
2017	4 - Investimentos	31,05%
2018	3 - Outras Despesas Correntes	95,20%
2018	4 - Investimentos	18,69%
2019	3 - Outras Despesas Correntes	83,16%
2019	4 - Investimentos	27,47%

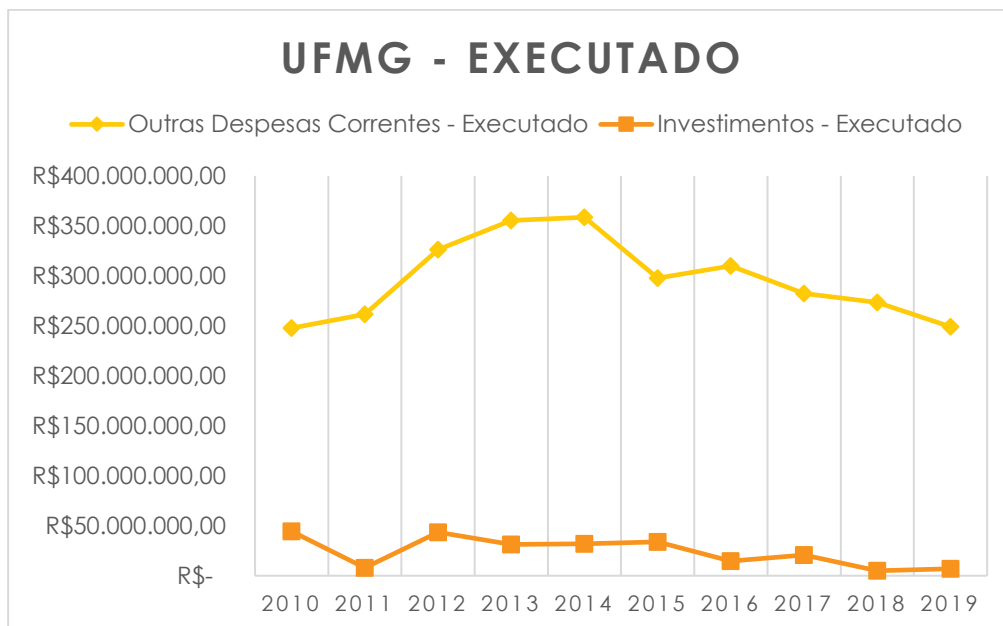
UFMG

A UFMG tem um histórico de baixa execução de investimentos, que não ultrapassa os 40% desde 2011. Em 2019, esse percentual é de pouco menos de 34%. Já no que diz respeito às despesas correntes, há um processo de queda tanto de dotação quanto de execução desde 2016. Este ano o percentual de execução é de 79%.

Para 2020, projeta-se no PLOA um corte de 29%, em termos reais em relação ao orçamento de 2019.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Ano Exercício	GND (desc.)	% execução
2010	3 - Outras Despesas Correntes	80,24%
2010	4 - Investimentos	49,39%
2011	3 - Outras Despesas Correntes	82,39%
2011	4 - Investimentos	27,35%
2012	3 - Outras Despesas Correntes	92,86%
2012	4 - Investimentos	31,69%
2013	3 - Outras Despesas Correntes	94,34%
2013	4 - Investimentos	28,18%
2014	3 - Outras Despesas Correntes	90,52%
2014	4 - Investimentos	29,73%
2015	3 - Outras Despesas Correntes	76,68%
2015	4 - Investimentos	37,68%
2016	3 - Outras Despesas Correntes	91,54%
2016	4 - Investimentos	24,66%
2017	3 - Outras Despesas Correntes	85,74%
2017	4 - Investimentos	39,14%
2018	3 - Outras Despesas Correntes	88,04%
2018	4 - Investimentos	22,06%
2019	3 - Outras Despesas Correntes	79,60%
2019	4 - Investimentos	33,46%



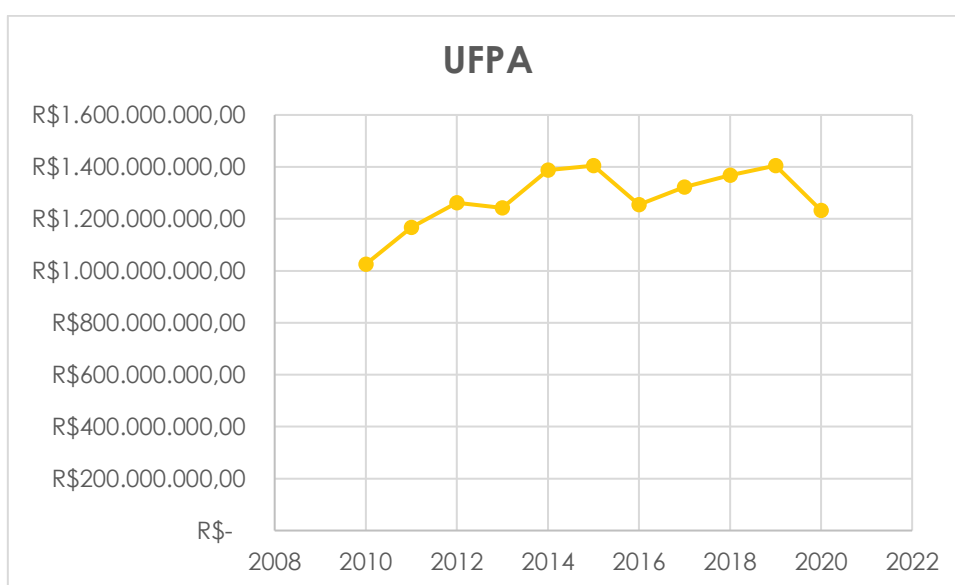
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

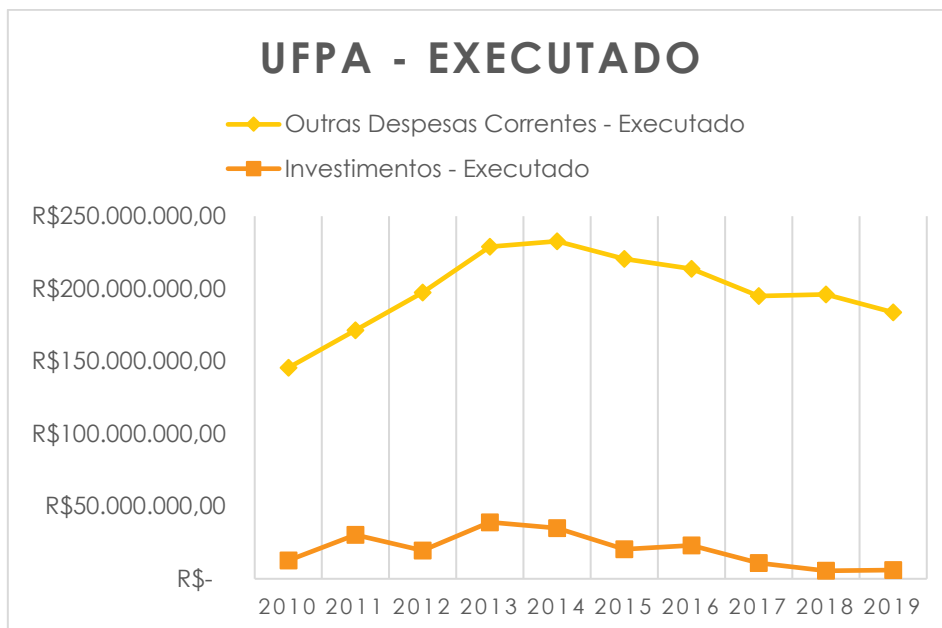
UFPA

A UFPA tem um histórico de baixa execução de investimentos, que não ultrapassa os 60% desde 2010. Em 2019, esse percentual é de 56%. Já no que diz respeito às despesas correntes, há um processo de queda tanto de dotação quanto de execução desde 2014. Este ano o percentual de execução é de 74%.

Para 2020, projeta-se no PLOA um corte de 12%, em termos reais em relação ao orçamento de 2019.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019



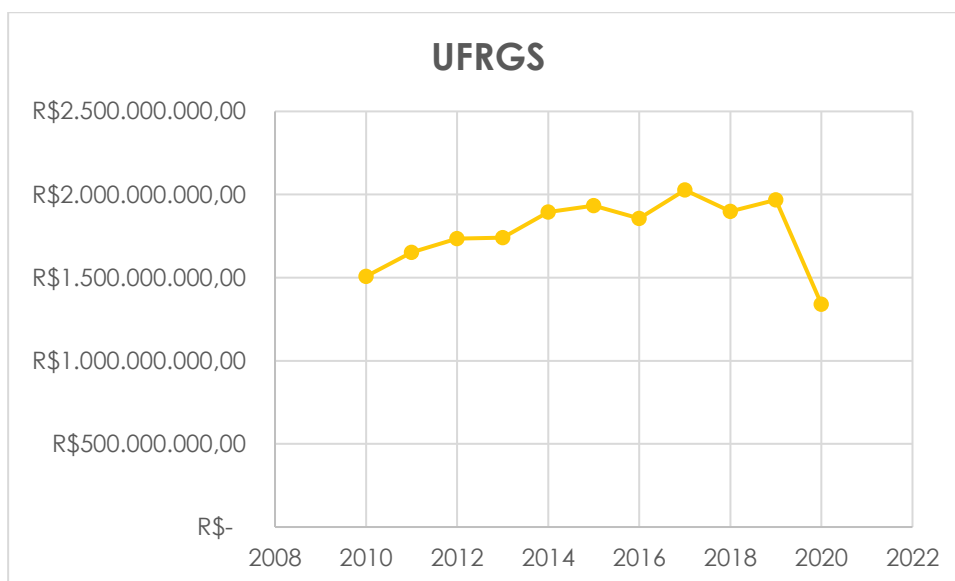
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Ano Exercício	GND (desc.)	% execução
2010	3 - Outras Despesas Correntes	90,50%
2010	4 - Investimentos	19,43%
2011	3 - Outras Despesas Correntes	81,09%
2011	4 - Investimentos	23,25%
2012	3 - Outras Despesas Correntes	83,59%
2012	4 - Investimentos	24,03%
2013	3 - Outras Despesas Correntes	82,95%
2013	4 - Investimentos	41,80%
2014	3 - Outras Despesas Correntes	77,50%
2014	4 - Investimentos	37,21%
2015	3 - Outras Despesas Correntes	80,60%
2015	4 - Investimentos	23,01%
2016	3 - Outras Despesas Correntes	90,60%
2016	4 - Investimentos	46,09%
2017	3 - Outras Despesas Correntes	88,62%
2017	4 - Investimentos	31,49%
2018	3 - Outras Despesas Correntes	84,42%
2018	4 - Investimentos	34,91%
2019	3 - Outras Despesas Correntes	74,23%
2019	4 - Investimentos	56,61%

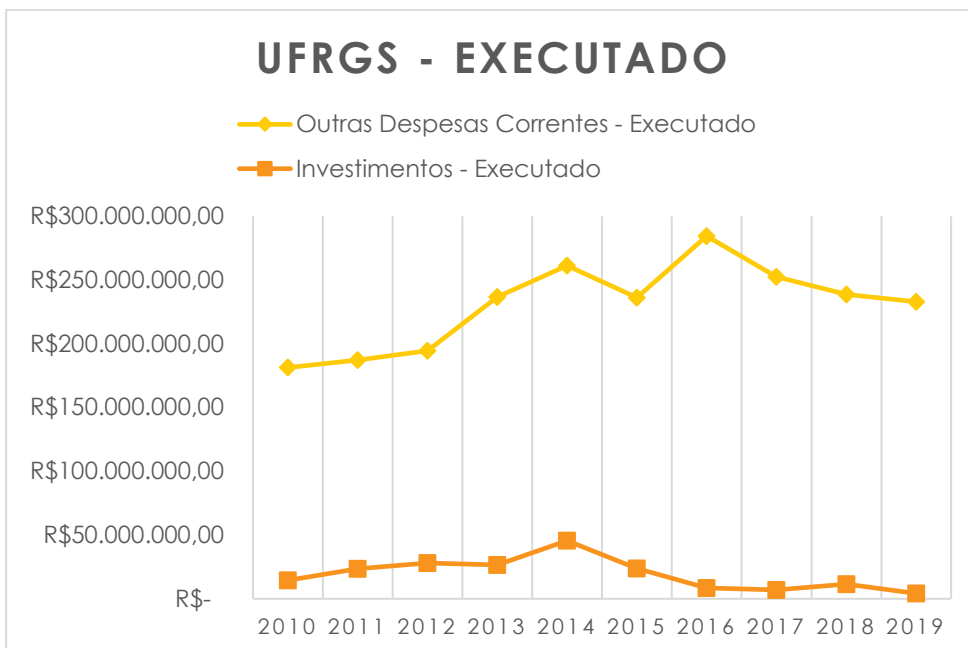
UFRGS

A UFRGS está com um baixíssimo grau de execução de investimentos em 2019 - 28%. Já no que diz respeito às despesas correntes, há um processo de queda tanto de dotação quanto de execução desde 2016. Este ano o percentual de execução é de 88%.

Para 2020, projeta-se no PLOA um corte de 32%, em termos reais em relação ao orçamento de 2019.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019



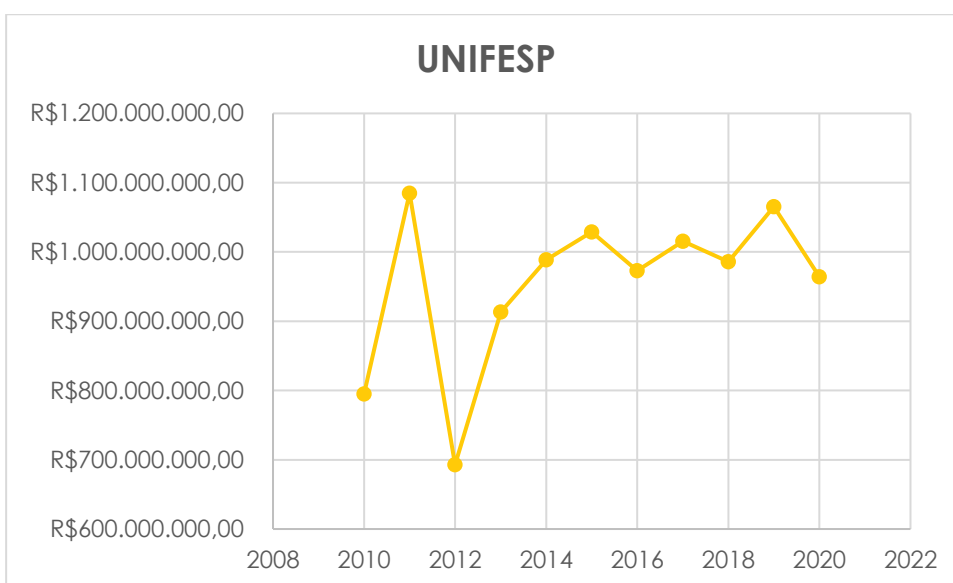
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Ano Exercício	GND (desc.)	% execução
2010	3 - Outras Despesas Correntes	94,92%
2010	4 - Investimentos	23,84%
2011	3 - Outras Despesas Correntes	69,78%
2011	4 - Investimentos	25,82%
2012	3 - Outras Despesas Correntes	72,86%
2012	4 - Investimentos	48,71%
2013	3 - Outras Despesas Correntes	75,91%
2013	4 - Investimentos	44,18%
2014	3 - Outras Despesas Correntes	83,48%
2014	4 - Investimentos	63,15%
2015	3 - Outras Despesas Correntes	81,50%
2015	4 - Investimentos	30,78%
2016	3 - Outras Despesas Correntes	105,08%
2016	4 - Investimentos	16,42%
2017	3 - Outras Despesas Correntes	91,14%
2017	4 - Investimentos	31,01%
2018	3 - Outras Despesas Correntes	95,79%
2018	4 - Investimentos	72,51%
2019	3 - Outras Despesas Correntes	88,32%
2019	4 - Investimentos	28,09%

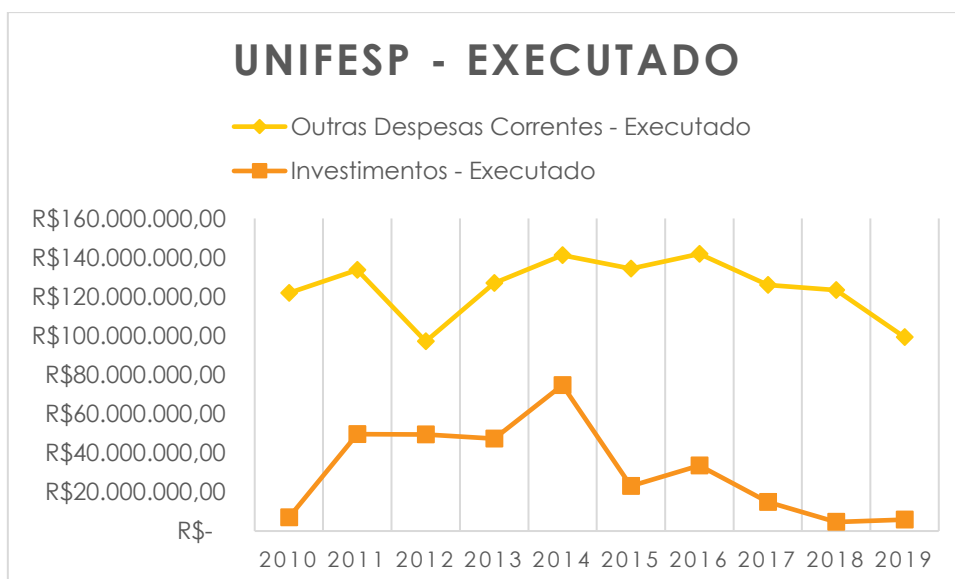
UNIFESP

A UNIFESP está com um baixíssimo grau de execução de investimentos em 2019 - 12%. Já no que diz respeito às despesas correntes, há um processo de queda tanto de dotação quanto de execução desde 2016. Este ano o percentual de execução é de 81%.

Para 2020, projeta-se no PLOA um corte de 10%, em termos reais em relação ao orçamento de 2019.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

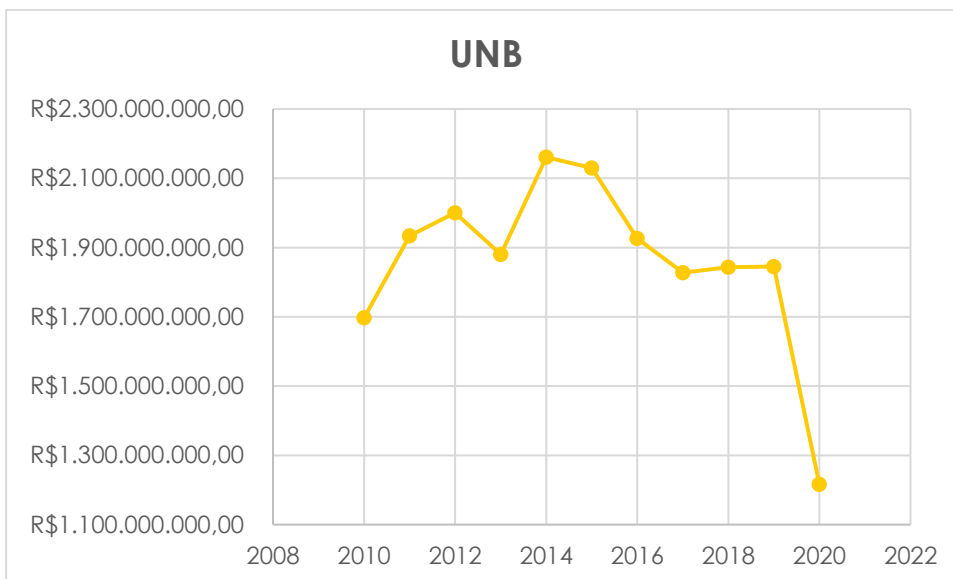
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Ano Exercício	GND (desc.)	% execução
2010	3 - Outras Despesas Correntes	90,30%
2010	4 - Investimentos	48,32%
2011	3 - Outras Despesas Correntes	95,24%
2011	4 - Investimentos	35,55%
2012	3 - Outras Despesas Correntes	90,73%
2012	4 - Investimentos	62,48%
2013	3 - Outras Despesas Correntes	98,57%
2013	4 - Investimentos	68,36%
2014	3 - Outras Despesas Correntes	110,13%
2014	4 - Investimentos	80,10%
2015	3 - Outras Despesas Correntes	97,49%
2015	4 - Investimentos	30,92%
2016	3 - Outras Despesas Correntes	105,12%
2016	4 - Investimentos	46,60%
2017	3 - Outras Despesas Correntes	92,42%
2017	4 - Investimentos	34,58%
2018	3 - Outras Despesas Correntes	100,63%
2018	4 - Investimentos	31,37%
2019	3 - Outras Despesas Correntes	80,98%
2019	4 - Investimentos	12,63%

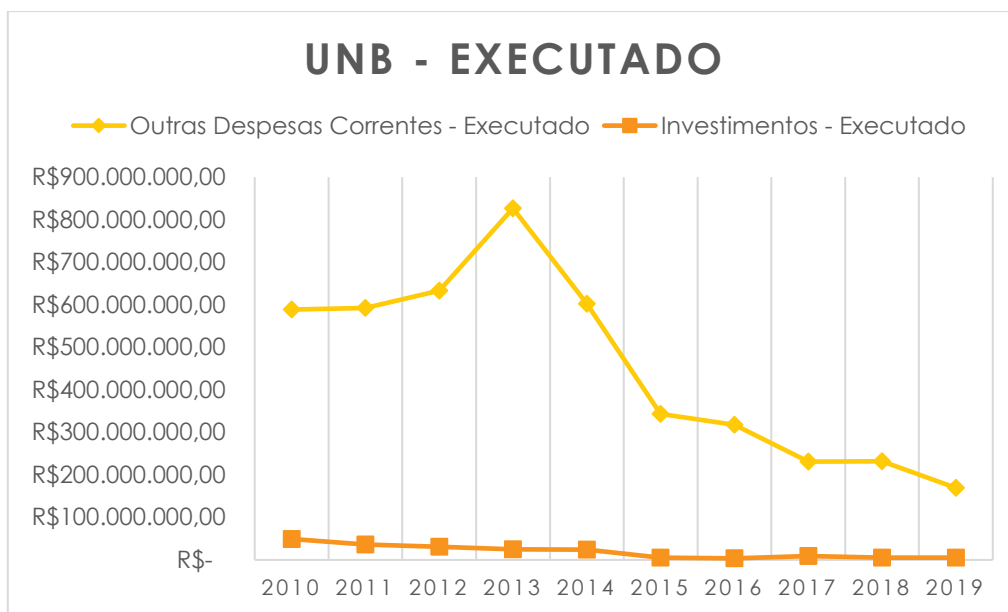
UNB

A UNB está com um baixíssimo grau de execução de investimentos em 2019 - 15%. Na série histórica, não há execução superior a 20% desde 2013. No que diz respeito às despesas correntes, de execução é de 2019 é de 59%.

Para 2020, projeta-se no PLOA um corte de 34%, em termos reais em relação ao orçamento de 2019.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2018



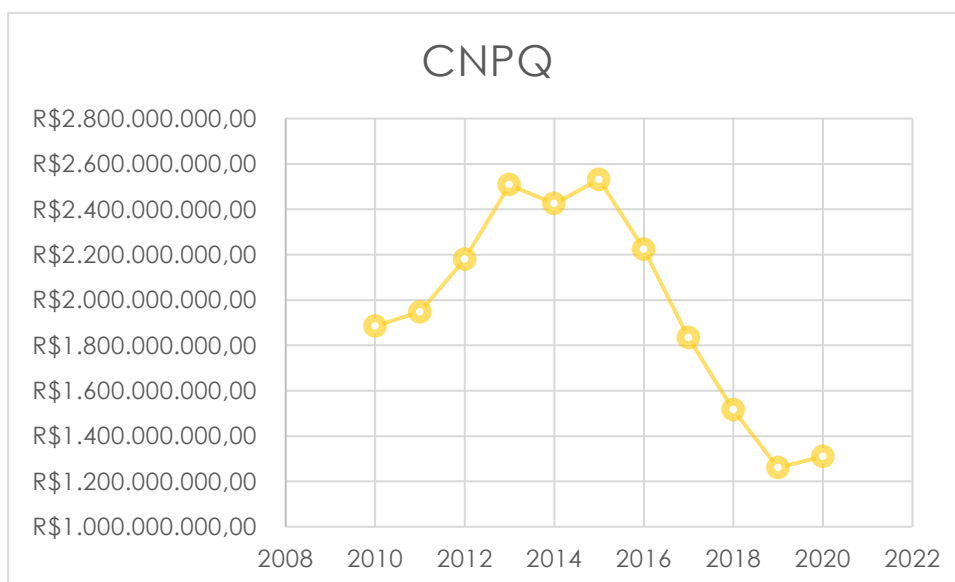
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Ano Exercício	GND (desc.)	% execução
2010	3 - Outras Despesas Correntes	101,31%
2010	4 - Investimentos	26,99%
2011	3 - Outras Despesas Correntes	80,41%
2011	4 - Investimentos	18,46%
2012	3 - Outras Despesas Correntes	87,80%
2012	4 - Investimentos	25,71%
2013	3 - Outras Despesas Correntes	141,19%
2013	4 - Investimentos	17,17%

2014	3 - Outras Despesas Correntes	88,47%
2014	4 - Investimentos	16,09%
2015	3 - Outras Despesas Correntes	60,66%
2015	4 - Investimentos	4,57%
2016	3 - Outras Despesas Correntes	67,77%
2016	4 - Investimentos	3,92%
2017	3 - Outras Despesas Correntes	83,82%
2017	4 - Investimentos	14,23%
2018	3 - Outras Despesas Correntes	80,68%
2018	4 - Investimentos	10,25%
2019	3 - Outras Despesas Correntes	59,32%
2019	4 - Investimentos	15,72%

CNPQ

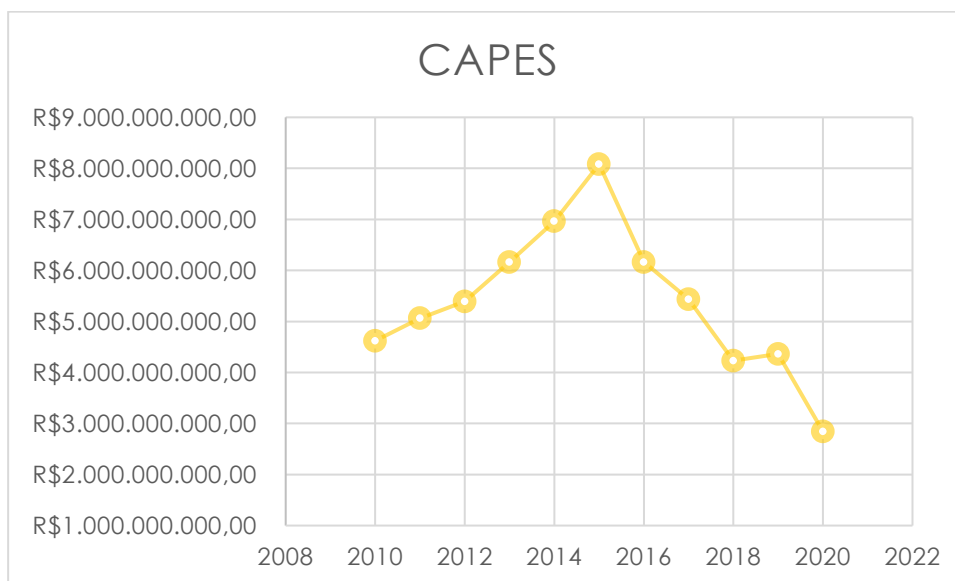
Ao CNPQ em 2020 foi destinado um valor semelhante ao de 2019. No entanto, quando analisamos a série histórica em termos reais (valor corrigido pela inflação), vemos que houve um verdadeiro desmonte desde 2016. A dotação de 2020 (R\$ 1,3 bilhão), em termos reais, é metade dos recursos consignados na LOA de 2015.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

CAPES

A CAPES em 2020 sofre uma brutal queda de recursos. Em termos reais (corrigido pela inflação), o valor destinado em 2020 (R\$ 2,8 bilhões) corresponde a 65% do valor de 2019. Representa 41% dos recursos programados em 2014 e 35% dos recursos de 2015. Há um verdadeiro desmonte do financiamento da pesquisa.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Organização Agrária

A função de Organização Agrária tem sido alvo de sucessivos cortes desde o golpe em 2016. A consignação orçamentária para 2020 representa 21% da dotação, em termos reais (valor corrigido pela inflação) de 2010. Essa função orçamentária abarca programas como:

- Assentamentos para Trabalhadores Rurais;
- Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário;
- Agricultura Familiar – PRONAF;
- Educação do Campo (PRONERA);

- Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar;
- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária;
- Segurança Alimentar e Nutricional.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Avaliando a peça orçamentária de 2020 vemos que os programas foram reduzidos a “Agropecuária Sustentável” e “Governança Fundiária”.

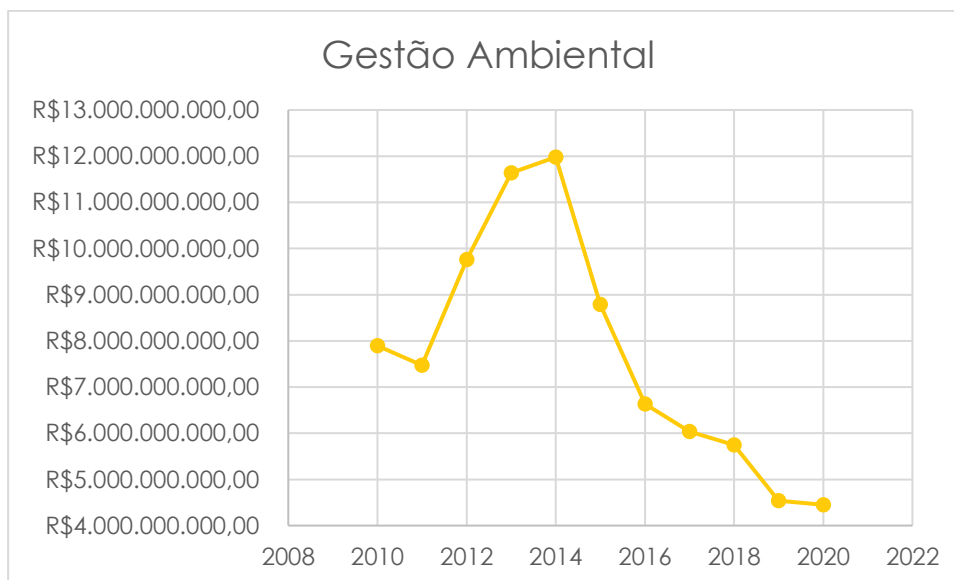
Ano	Programa	Ação	PLOA
2020	1031 - Agropecuária Sustentável	0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	R\$ 468.040.642,00
2020	1031 - Agropecuária Sustentável	21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	R\$ 59.211.816,00
2020	1040 - Governança Fundiária	0061 - Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras	R\$ 231.678.164,00
2020	1040 - Governança Fundiária	0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	R\$ 266.000.000,00
2020	1040 - Governança Fundiária	210R - Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo	R\$ 478.946,00
2020	1040 - Governança Fundiária	210T - Promoção da Educação do Campo	R\$ 12.899.713,00
2020	1040 - Governança Fundiária	210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	R\$ 2.942.132,00
2020	1040 - Governança Fundiária	211A - Consolidação de Assentamentos Rurais	R\$ 39.050.757,00
2020	1040 - Governança Fundiária	211B - Aquisição de Terras	R\$ 12.292.327,00
2020	1040 - Governança Fundiária	219N - Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural	R\$ 10.282.749,00

Não consta, por exemplo, o programa de Reforma Agrária ou de Agricultura Familiar. Nas ações, a desestruturação das rubricas existentes até então dificulta a comparação histórica. O que é certo, no entanto, é que ações como “Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais” ou “Promoção e Fortalecimento da

Agricultura Familiar” deixam de constar no programa orçamentário do governo.

Gestão Ambiental

A função de gestão ambiental também tem sido bastante prejudicada nos últimos anos. Desde 2014 há uma queda progressiva e violenta nos recursos destinados ao meio ambiente. Em termos reais (valores corrigidos pela inflação), o montante destinado à gestão ambiental em 2020 corresponde a 37% dos recursos de 2014.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

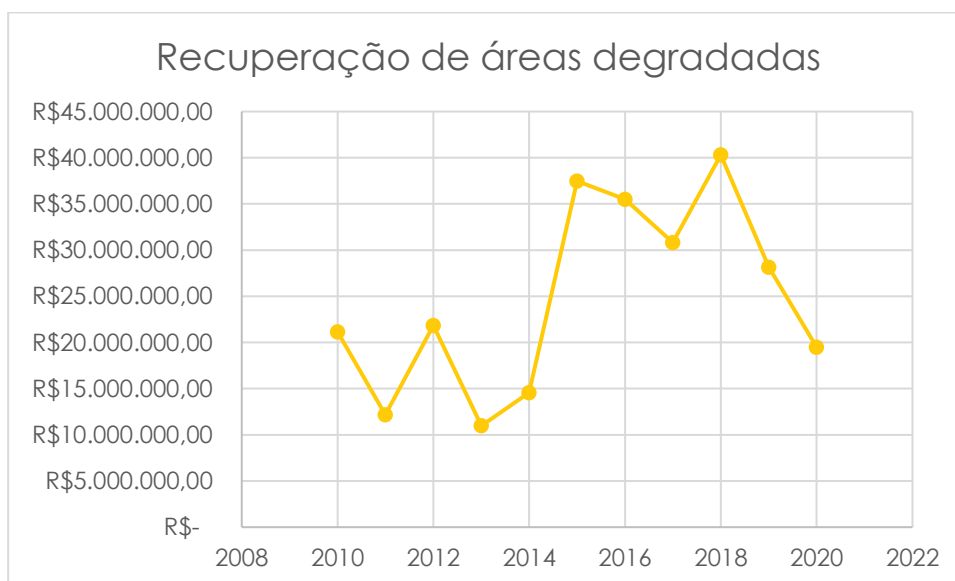
A subfunção de “Preservação e Conservação Ambiental” tem historicamente um baixo grau de execução, especialmente em 2019, com 20% dos recursos efetivamente gastos para essa política. Essa subfunção abarca programas como:

- Mudança do Clima;
- Gestão de Riscos e de Desastres;
- Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade;
- Qualidade Ambiental.

Ano	Subfunção	LOA	Pago	Índice de correção	Valor real - executado	% de execução
2010	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 226.709.783,00	R\$ 107.355.606,36	1,73420	R\$ 186.176.092,55	47,35%
2011	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 428.811.768,00	R\$ 292.484.502,95	1,63744	R\$ 478.926.526,47	68,21%
2012	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 927.584.703,00	R\$ 162.325.181,88	1,53746	R\$ 249.568.441,67	17,50%
2013	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 1.018.234.270,00	R\$ 281.644.504,98	1,45265	R\$ 409.129.763,58	27,66%
2014	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 1.461.449.162,00	R\$ 307.035.964,07	1,37157	R\$ 421.122.760,31	21,01%
2015	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 1.151.664.017,00	R\$ 273.046.722,29	1,28898	R\$ 351.952.228,28	23,71%
2016	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 831.332.679,00	R\$ 216.618.545,89	1,16467	R\$ 252.289.251,81	26,06%
2017	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 520.412.345,00	R\$ 233.041.103,73	1,09577	R\$ 255.359.007,46	44,78%
2018	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 485.241.480,00	R\$ 556.400.742,95	1,06440	R\$ 592.231.059,03	114,66%
2019	541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 618.070.087,00	R\$ 127.824.310,19	1,02597	R\$ 131.143.792,48	20,68%

Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

A subfunção de “Recuperação de Áreas Degradadas” tem um percentual irrisório de execução: menos de 3%. O mesmo ocorreu em 2018, quando a execução foi de 2,35%. Para 2020, há uma previsão de queda de recursos de 31% em relação a 2019, não obstante o alto grau de degradação ambiental recente, fato amplamente divulgado nos meios de comunicação. Com relação a máxima histórica, em 2018, temos uma queda de 52%.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Na análise dos programas, observamos alguns que sequer iniciaram a execução, conforme detalhamento abaixo. São exemplos de programas sem execução: “Gestão de Riscos e Desastres” e “Planejamento Urbano”. Chama também atenção, dada a conjuntura

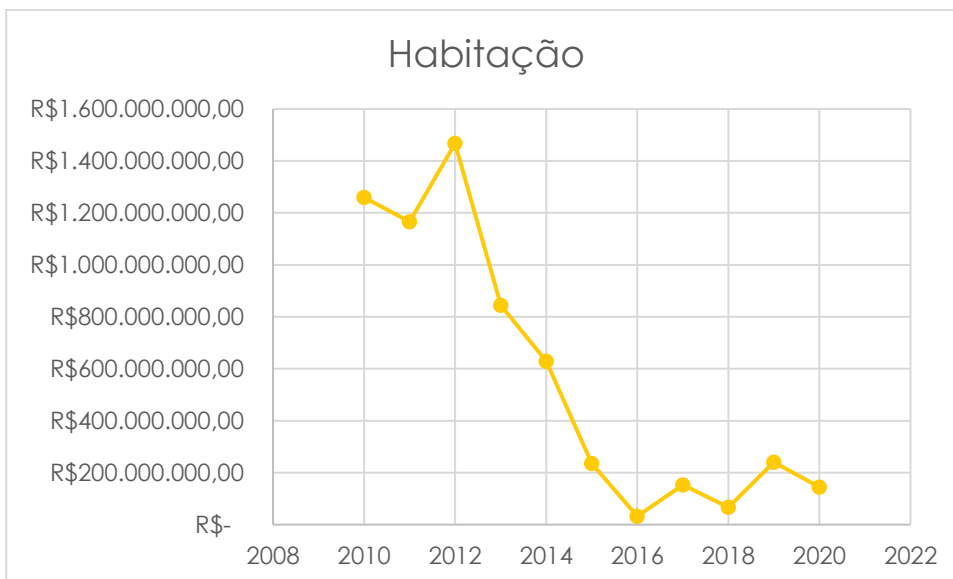


mundial, que o programa “Mudança do Clima” tenha um percentual irrisório, no percentual de 8%.

Ano Exercíc	Função (desc.)	Programa (desc.)	% execução
2019	18 - Gestão Ambiental	2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	0%
2019	18 - Gestão Ambiental	2054 - Planejamento Urbano	0%
2019	18 - Gestão Ambiental	2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	3%
2019	18 - Gestão Ambiental	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	5%
2019	18 - Gestão Ambiental	2050 - Mudança do Clima	8%
2019	18 - Gestão Ambiental	2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	9%
2019	18 - Gestão Ambiental	2068 - Saneamento Básico	15%
2019	18 - Gestão Ambiental	2077 - Agropecuária Sustentável	15%
2019	18 - Gestão Ambiental	2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	20%
2019	18 - Gestão Ambiental	2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	27%
2019	18 - Gestão Ambiental	2080 - Educação de qualidade para todos	52%
2019	18 - Gestão Ambiental	2083 - Qualidade Ambiental	57%
2019	18 - Gestão Ambiental	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	58%
2019	18 - Gestão Ambiental	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	70%
2019	18 - Gestão Ambiental	2084 - Recursos Hídricos	77%
2019	18 - Gestão Ambiental	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	81%
2019	18 - Gestão Ambiental	2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Regional	83%

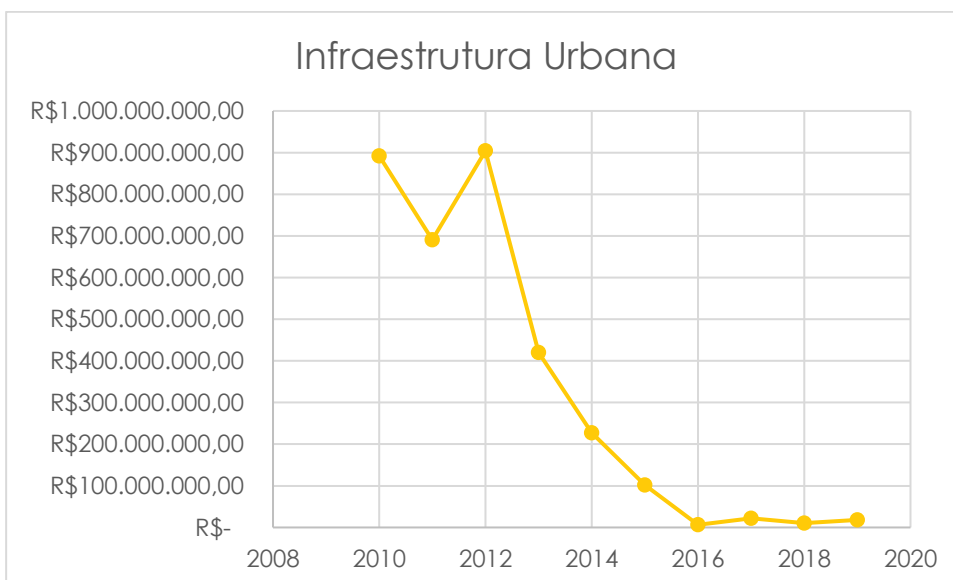
Habitação

A função habitação teve uma queda brutal de destinação orçamentária desde 2012. A consignação orçamentária para 2020 representa 10% do valor destinado em 2012.

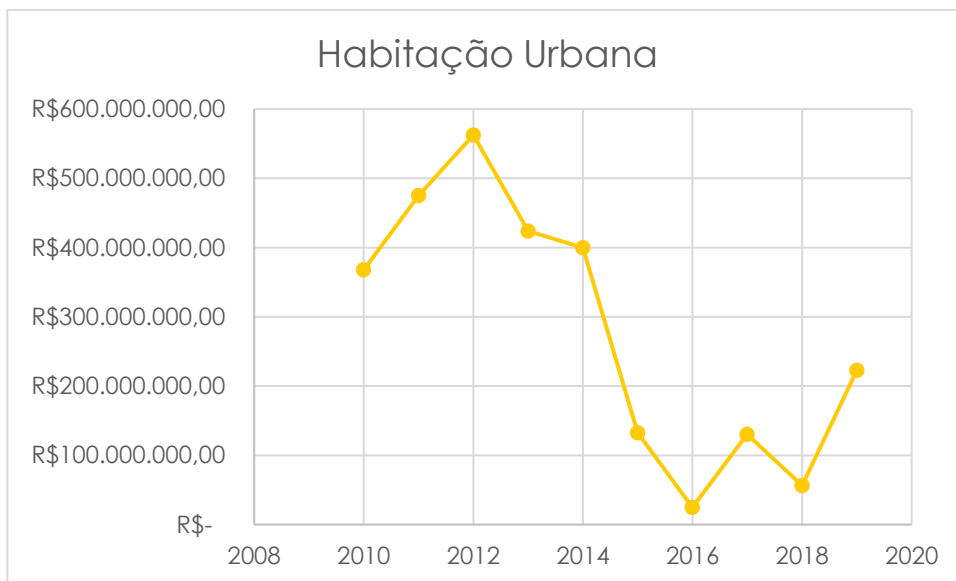


Dados corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2018

Quando analisamos a execução das duas principais subfunções da função orçamentária habitação, quais sejam, infraestrutura urbana e habitação urbana, observamos que há historicamente um baixo percentual de execução, além da queda de destinação de recursos.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

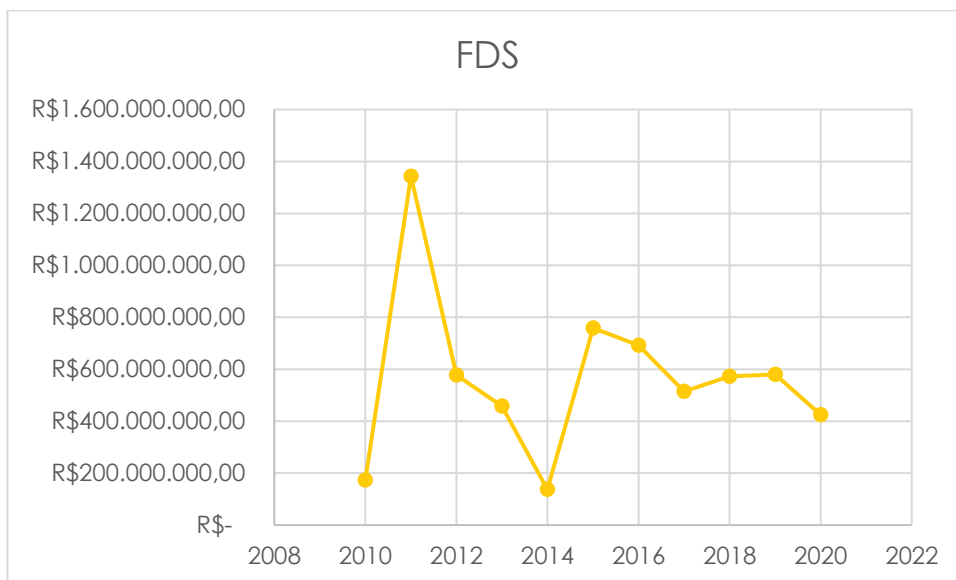


Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Ano Exerçí	Função (desc.)	Subfunção (desc.)	Valor real - LOA	Valor real - pago	% de execução
2010	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 891.802.626,34	R\$ 11.091.623,24	1%
2010	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 367.800.758,61	R\$ 25.949.170,95	7%
2011	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 690.717.924,51	R\$ 77.186.438,96	11%
2011	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 475.142.118,80	R\$ 20.086.010,22	4%
2012	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 903.937.331,18	R\$ 190.928.410,64	21%
2012	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 562.571.907,73	R\$ 14.982.945,74	3%
2013	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 420.105.223,20	R\$ 13.880.771,04	3%
2013	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 423.778.964,93	R\$ 2.157.829,18	1%
2014	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 227.393.369,51	R\$ 9.646.344,35	4%
2014	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 399.802.963,30	R\$ 541.925,21	0%
2015	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 102.194.336,12	R\$ 2.046.121,84	2%
2015	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 132.463.386,40	R\$ 974.799,76	1%
2016	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 6.411.783,02	R\$ 9.650.560,25	151%
2016	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 24.840.566,25	R\$ 1.304.153,68	5%
2017	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 21.849.615,91	R\$ 5.411.289,99	25%
2017	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 130.549.376,41	R\$ 1.405.499,08	1%
2018	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 10.511.990,40	R\$ 4.989.506,30	47%
2018	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 56.578.182,22	R\$ 1.051.715,44	2%
2019	16 - Habitação	451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 17.851.862,34	R\$ 5.018.386,70	28%
2019	16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	R\$ 222.635.294,70	R\$ -	0%

Dentro do programa “Moradia Digna”, as transferências via Fundo de

Desenvolvimento Social (FDS)² também foram reduzidas, embora em um processo de queda mais lento que o programa como um todo. Mas a previsão de corte em relação a 2019 é de 27%, de um orçamento que já vinha se deteriorando.



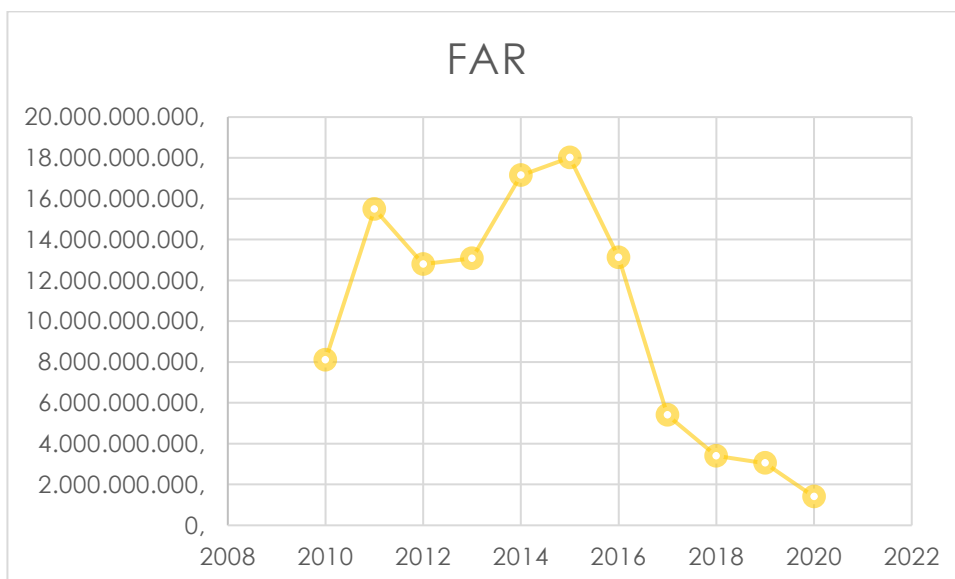
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Lembramos que o FDS é o fundo responsável pelo financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Em 2019, tivemos um percentual baixíssimo de execução, na ordem de 36%.

Ano Exercício	Ação (desc.)	% de execução
2010	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	100%
2011	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	0%
2012	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	0%
2013	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	0%
2014	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	0%
2015	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	8%
2016	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	100%
2017	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	64%
2018	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	82%
2019	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	36%

² Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) - utilizado para aplicação em financiamentos de projetos habitacionais de interesse social para pessoas físicas ou entidades privadas sem fins lucrativos, enquanto substitutas temporárias do beneficiário final, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Curador do FDS, facilitando o acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda.

Outro fundo destinado a financiar o acesso à habitação, para atendimento da população de baixa renda, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida é o FAR (Fundo de Arrendamento Residencial)³. Esta ação orçamentária também tem acompanhado o movimento de queda de repasses, sendo fortemente fragilizado desde 2016.

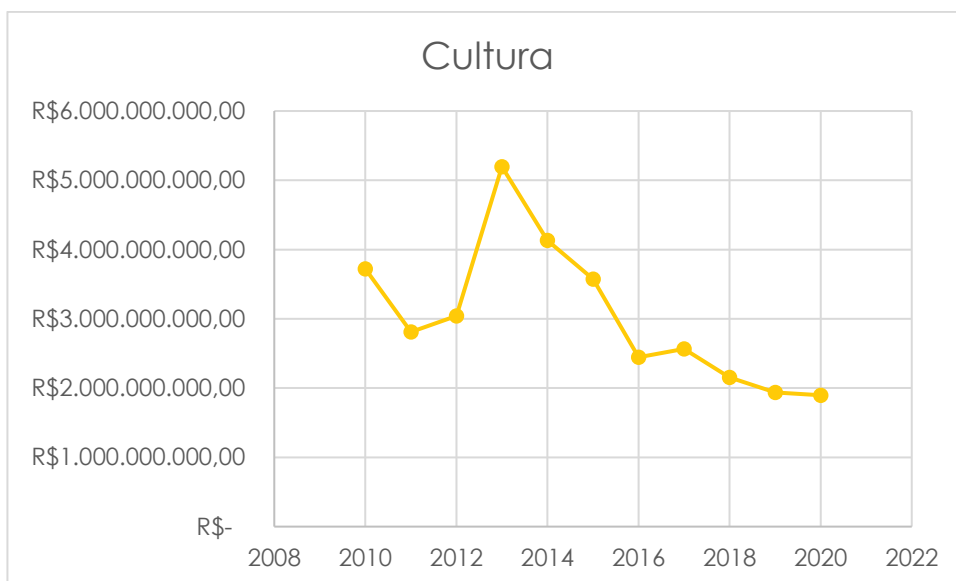


Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Cultura

A função cultura é uma das áreas mais afetadas pelos cortes governamentais desde o início da crise sociopolítica em 2014. Há um evidente processo de desmonte do financiamento à cultura. Em 2019, o valor projetado para 2020 representa 37% da dotação, em termos reais (valor corrigido pela inflação), de 2013.

³ Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) – visa à aquisição e requalificação de imóveis destinados à alienação para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 reais, por meio de operações realizadas por instituições financeiras oficiais federais.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Além da queda progressiva na destinação dos recursos, os que permanecem na cultura não têm sido executados. Os dados mostram um histórico recente de baixa execução, que não ultrapassa 50% na série histórica. Em 2019, temos um percentual de execução de 36% de um montante que já tinha sofrido um enorme corte (63% em relação a 2013).

Ano Exercício	% de execução
2010	38%
2011	37%
2012	43%
2013	24%
2014	30%
2015	31%
2016	45%
2017	44%
2018	49%
2019	36%

No PLOA 2020, as ações relacionadas à cultura foram inseridas em um único programa “Cultura”, o que inviabiliza a comparação histórica por programa e por ação orçamentária, prejudicando bastante avaliações de políticas públicas e a fiscalização pelo

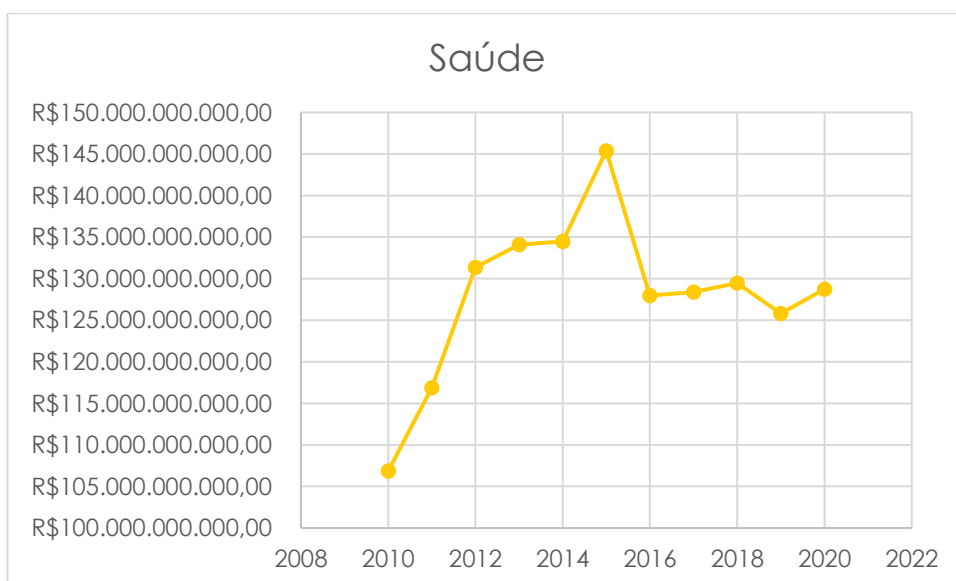
Poder Legislativo. Deixam de constar programas e ações como:

- Cultura: Dimensão essencial do Desenvolvimento;
- Preservação Cultural dos Povos Indígenas;
- Fomento a Projetos na Área Museológica;
- Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares;
- Fomento a Projetos de Combate à Homofobia.

Saúde

A função saúde também é penalizada, não obstante a exigência do mínimo constitucional. Segundo informação da Consultoria de Orçamento da Câmara⁴, para alcançar os R\$ 122,9 bilhões em ações de saúde, o governo considerou os R\$ 8,1 bilhões de emendas parlamentares que serão destinadas à área. Esse fato é grave e representa uma perda significativa de recursos.

No processo legislativo, esse valor foi aumentado para R\$ 128,7 bilhões, tendo recuperado, em termos reais, o patamar de 2017, mas ainda representando uma perda de recursos de 11%, por exemplo, em relação a 2015.



⁴https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2020/Informativo_Conjunt_o.pdf



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

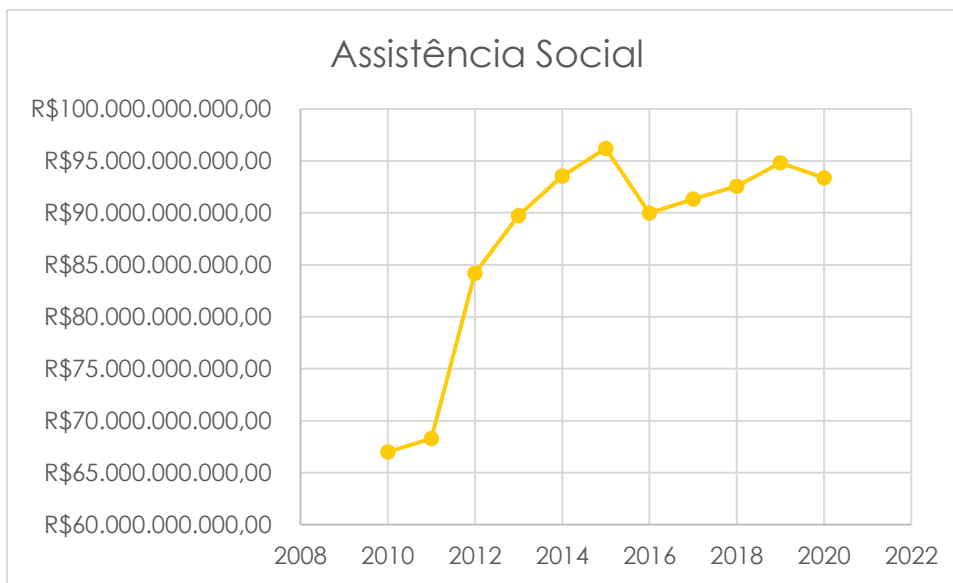
Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

É importante lembrar que programas e ações fundamentais para o cidadão são classificadas no Orçamento Público como discricionárias, isto, é, que o governo não tem obrigatoriedade de execução. São exemplos:

- Programa Mais Médicos;
- Programa Farmácia Popular;
- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde;
- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde;
- Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena;
- Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde;
- Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes.

Assistência Social

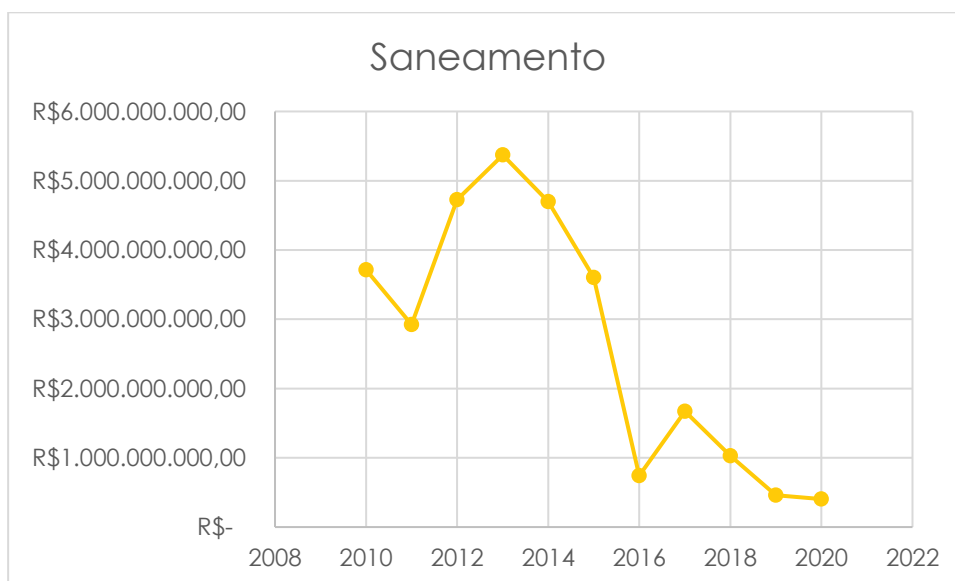
Na contramão das demais funções, a Assistência Social tem crescido nos últimos anos, o que pode ser explicado pelo aumento assustador da desigualdade social desde o golpe. O aumento dos níveis de pobreza e de desemprego são notórios e esses retrocessos também podem ser observados por meio do aumento das destinações para programas assistenciais, diferentemente do período em que esses programas eram implantados e ampliados, quando o aumento das destinações refletia a ampliação do acesso de cidadãos historicamente invisíveis.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019

Saneamento

A função de saneamento também vem sendo completamente desestruturada, especialmente desde 2014. Em termos reais (valor corrigido pela inflação), a dotação prevista para 2020 representa 8% do valor destinado em 2013.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de outubro de 2019



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Fundo Especial de Financiamento de Campanha

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha foi fixado pelo relator geral em R\$ 2,03 bilhões, após a pressão social e midiática que sofreu recentemente. No parecer preliminar, ficou autorizado que o relator geral aumentasse o Fundo para R\$ 3,8 bilhões. Contudo, ante a pressão sofrida, manteve o valor do Fundo Eleitoral em R\$ 2,03 bilhões.

Censo – IBGE

O Censo do IBGE também foi objeto de polêmicas ao longo das peças orçamentárias, tendo em vista que em 2020 deve ser executado o Censo Demográfico 2020, pesquisa que é realizada a cada 10 anos. Segundo técnicos do IBGE, é necessário um orçamento de R\$ 3,1 bilhões, de modo a manter a integridade metodológica do censo.

O deputado Marcelo Freixo apresentou uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias com o objetivo de “garantia da integridade metodológica e da comparabilidade histórica”. Essa emenda foi apresentada como destaque pelo deputado Edmilson Rodrigues na Comissão Mista de Orçamento e acolhida pelo relato Cacá Leão. Ocorre que o Poder Executivo vetou esse dispositivo.

Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, foi destinado R\$ 1,371 bilhão, com a possibilidade de mais R\$ 830 milhões, caso um crédito adicional seja aprovado pelo Congresso Nacional. Ou seja, ainda que sejam considerados os recursos pendentes de aprovação, faltariam 1/3 dos recursos (cerca de R\$ 1 bilhão).

Desonerações Fiscais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

Segundo dados da Receita Federal⁵, o montante de renúncia de receitas da União projetadas para 2020 é da ordem de mais de **R\$ 331 bilhões de reais**. Isso corresponde a mais de **21% de toda a arrecadação federal**, isto é, de recursos que poderiam estar sendo diretamente empregados pelo Poder Público.

É um volume expressivo quando se compara com os demais gastos do orçamento público federal e com as propostas de cortes de gastos. O valor é superior a tudo que está programado para ser gasto em saúde e educação juntos, por exemplo.

O INESC, por meio do estudo "Renúncias Tributárias: os impactos no financiamento das políticas sociais no Brasil"⁶, evidencia o aumento dos gastos tributários no Brasil, sobretudo no período de 2011 a 2014. O levantamento mostra que as renúncias comprometeram 23,06% (gastos tributários/ arrecadação em %) da arrecadação tributária federal. Aprofundando a análise, as desonerações de impostos tiveram um crescimento de 16,48%, enquanto as desonerações de contribuições tiveram uma evolução de 72,76% no mesmo período. Esses dados são fundamentais para compreender o impacto sobre o Orçamento da Seguridade Social, responsável pelo financiamento da saúde, assistência e previdência social.

Em termos setoriais, os aumentos foram mais significativos foram:

a) Trabalho: aumento de 168%, decorrente, principalmente, da política de desoneração das contribuições previdenciárias da folha de pagamentos. Houve a substituição da contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamento por uma alíquota de 1,5 a 2,5% sobre o faturamento bruto das empresas, política direcionada a alguns setores da economia;

b) Transporte: aumento de 141%, diretamente relacionados à redução a zero das alíquotas de PIS/Cofins sobre o transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros, após as intensas manifestações em meados de 2013;

c) Agricultura: aumento de 137%, explicado especialmente pela desoneração de produtos que compõem a cesta básica, produzidos pela agricultura e agroindústria;

⁵ <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa>

⁶ <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2015/renuncias-tributarias-os-impactos-no-financiamento-das-politicas-sociais-no-brasil/view>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

d) Desporto e Lazer: aumento de 128%, decorrente de isenções concedidas para a realização da Copa do Mundo de 2014;

e) Cultura: aumento de 93%, pela ampliação do Programa Nacional de Apoio à Cultura.

Ainda no campo setorial, o estudo do INESC revela dados interessantes sobre os gastos tributários relacionados diretamente às políticas sociais, tais como:

a) Saúde: gastos tributários na ordem de R\$ 24,9 bilhões em 2014, cifra que representa 29% do total de recursos diretamente alocados pelo governo federal no orçamento da saúde. Essas renúncias são principalmente de: i) dedução no IR de pessoas físicas; ii) assistência médica e odontológica de empregados, no caso de pessoa jurídica;

b) Assistência Social: benefícios tributários concedidos a Entidades Filantrópicas e Entidades sem fins lucrativos, na ordem de R\$ 13,2 bilhões. Esse valor representa cerca de 30% do orçamento da política de assistência social no Brasil;

c) Educação: gastos tributários de R\$ 8,5 bilhões, especialmente relacionados a: i) deduções do IR de pessoas físicas; ii) imunidade tributária de entidades educacionais sem fins lucrativos; iii) isenções concedidas a entidades privadas de ensino superior no âmbito do PROUNI. O montante de renúncias representa 10,3% dos recursos diretamente alocados pelo governo federal;

Em resumo, esses dados revelam o fortalecimento do setor privado na oferta de serviços sociais. Esse fortalecimento se dá por meio de transferências indiretas de recursos que integrariam o Orçamento da União.

É urgente e necessário inserir as desonerações fiscais no debate de política fiscal no Brasil, dado seu volume expressivo. Não se trata de demonizar a utilização de isenções enquanto instrumento de política econômica, mas de provocar o debate quanto a necessidade de manutenção desses benefícios, de sua extensão e de sua eficácia como meio de promoção do desenvolvimento econômico.

Observando as desonerações em termos regionalizados, vemos que a região Sudeste se beneficia com metade das isenções.

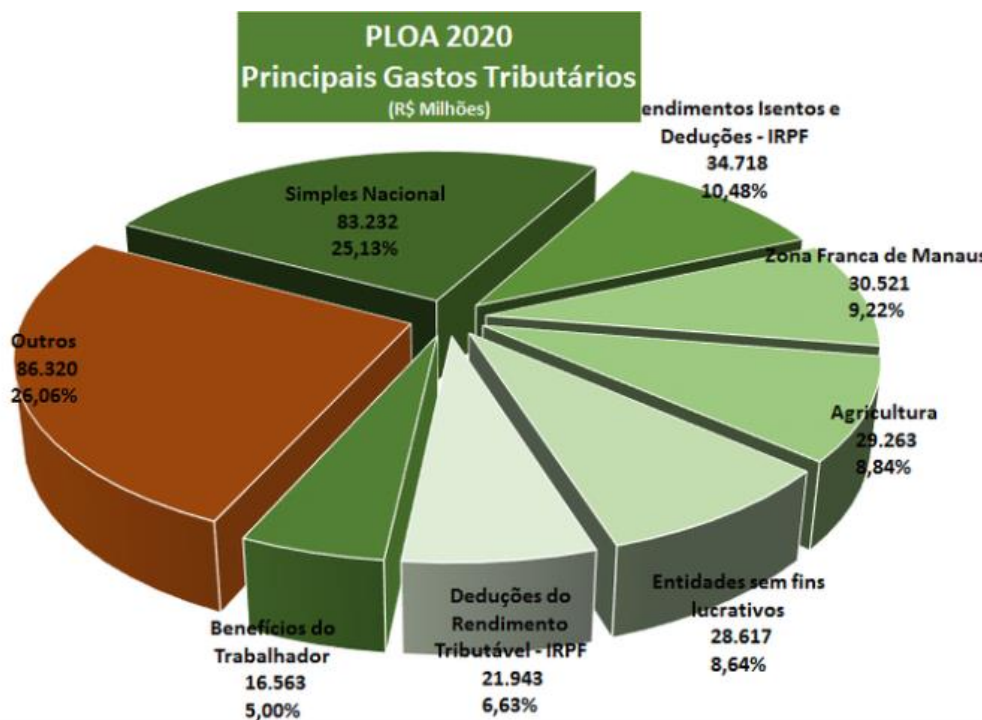


CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
Administração	0,57	2,14	27,57	64,30	5,42	100,00
Agricultura	10,23	12,59	13,53	41,06	22,59	100,00
Assistência Social	2,33	11,53	8,41	60,22	17,51	100,00
Ciência e Tecnologia	1,08	2,52	2,83	78,27	15,30	100,00
Comércio e Serviço	23,47	11,01	6,67	42,28	16,56	100,00
Comunicações	38,15	0,00	23,19	23,19	15,46	100,00
Cultura	3,62	2,91	2,05	81,27	10,15	100,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Desporto e Lazer	6,09	2,99	1,94	72,26	16,73	100,00
Direitos da Cidadania	3,36	7,03	5,39	67,34	16,88	100,00
Educação	3,98	12,94	8,16	58,05	16,87	100,00
Encargos Especiais	-	-	-	-	-	-
Energia	11,83	22,79	4,83	51,18	9,37	100,00
Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-	-	-
Habitação	1,53	8,57	7,67	64,18	18,04	100,00
Indústria	29,76	33,51	4,88	23,32	8,54	100,00
Judiciária	-	-	-	-	-	-
Legislativa	-	-	-	-	-	-
Não definida	1,41	9,25	6,17	65,06	18,12	100,00
Organização Agrária	5,13	49,79	1,84	16,55	26,70	100,00
Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-
Saneamento	4,90	14,66	8,79	60,89	10,76	100,00
Saúde	2,17	8,59	9,24	69,84	10,16	100,00
Segurança Pública	-	-	-	-	-	-
Trabalho	3,66	12,30	19,64	51,85	12,55	100,00
Transporte	3,70	8,45	2,30	74,78	10,77	100,00
Urbanismo	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12,20	13,00	9,39	50,83	14,59	100,00
GASTOS / ARRECADAÇÃO*	111,19	41,19	11,83	18,21	25,27	21,80

Fonte: Receita Federal

Do total das renúncias, **25% se refere ao Simples Nacional, 17% estão relacionados a isenções e deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física e 9% de isenções na Zona Franca de Manaus.**



Fonte: Receita Federal

Investimentos públicos

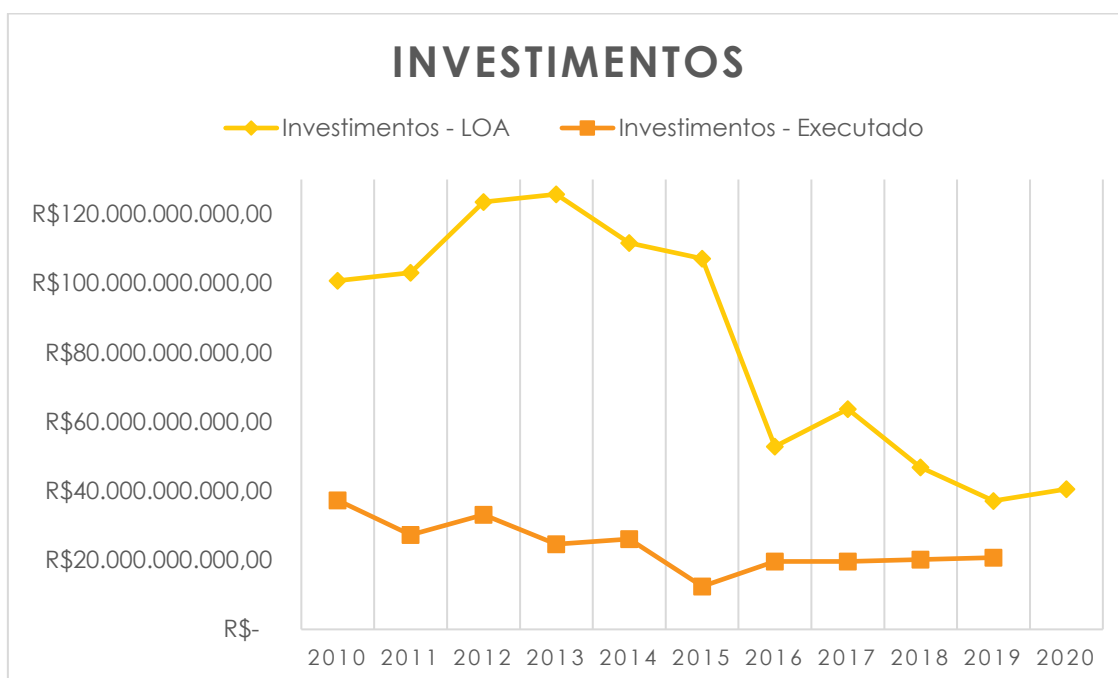
Os investimentos públicos são certamente os gastos mais penalizados pela política de ajuste fiscal em curso. Tendo em vista as diversas regras fiscais que o Brasil tem hoje, essa despesa é sempre variável de ajuste, isto é, a primeira a ser cortada, para o cumprimento da meta fiscal.

A necessidade de realização de metas de resultado primário, em um contexto de contração da atividade econômica, passa fundamentalmente pela revisão das principais despesas do orçamento público. Esse é o debate que está colocado quando se fala em política fiscal. Se por um lado é importante avaliar se os gastos públicos de fato servem ao conjunto da sociedade brasileira, por outro mascara um debate mais amplo, que passa pela avaliação de multiplicadores fiscais⁷ com vistas a estimular a atividade econômica,

⁷ Efeito multiplicador se refere à razão da variação da renda nacional (PIB) provocada por alteração em alguma variável econômica. Por exemplo: Quando de estímulo ao PIB temos com um aumento do investimento público.

especialmente em momentos de crise.

Diversos estudos mostram que os investimentos públicos são imprescindíveis como “motor” do crescimento econômico. No entanto, dadas as regras fiscais vigentes (Teto dos gastos, regra de ouro, meta de resultado primário, etc), os investimentos estão absolutamente comprimidos, em níveis mínimos históricos. Não obstante o aumento ocorrido no parlamento com relação ao valor enviado pelo Poder Executivo, o valor programado para 2020 representa pouco mais de 32% do valor destinado em 2013.



Dados corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2018

Além da queda de destinação, também temos um baixo percentual de execução nessa modalidade, que não ultrapassa os 45% na série histórica recente, conforme tabela abaixo.

Ano Exercício	% executado
2010	37%
2011	26%
2012	27%
2013	20%



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

2014	23%
2015	12%
2016	37%
2017	32%
2018	44%
2019	14%
2020	0%

ORIENTAÇÃO DE VOTO

Resta evidente que, de forma alguma, o orçamento projetado para 2020 reflete um financiamento adequado para a sociedade que pretendemos construir. Impera a lógica a submissão dos direitos sociais às metas fiscais, em especial o Teto dos Gastos públicos. Orientamos, pois, **voto contrário** ao PLOA 2020.